

ATA DE REUNIÃO REALIZADA EM 18/06/12

ASSUNTO: Conselho de Monitoramento da política Pública de Direito das Pessoas em Situação de Rua

PARTICIPANTES:

- **Milton Persoli – Secretário de Assistência Social, Maria Inês, Marilda, Maria Solange, Paulo Cesar, Renata Chiarinelli, Rafael Romão, Melissa Witcher, Padre Júlio Lancellotti, Messias Santos, Marina de Camargo, Luis Lorente, Maria Carolina, Silvana dos Reis, Edilene Magalhães, Eri Ishimoto (TB), Sônia Marino, Tatiana e Yuri (Min. Público), Márcia Perrone, Felipe (Boracéia), Natalina, João Batista, Átila Robson, Isabel Bueno e Michele (SMADS).**

Inicia-se com apresentação do Secretário ao conselho de monitoramento. Foi questionado quanto ao fim do mandato e informado pelos conselheiros que um dos objetivos prioritários é que o conselho seja municipal, para que as ações se tornem mais efetivas e deixe de ser de responsabilidade única da SMADS. Ciente de que esta solicitação já foi feita ao prefeito em exercício.

Os conselheiros requerem 1 cópia do censo de POP Rua, e que há dados contestáveis, pergunta-se qual a metodologia utilizada para coleta dos dados apresentados.

O conselheiro PE. Júlio, explanou várias considerações em relação a rede de atendimento, fazendo várias denúncias principalmente no espaço da Tenda Pq. Dom Pedro.

Faz – se também esclarecimentos sobre o novo chamamento público para mudança de associação.

Secretário após ouvir todas as explicações, informa que já foi conversado referente a parte técnica e dos serviços prestados pela ONG que administra a Tenda Pq. Dom Pedro.

Solange diz que vagas não adianta, que é necessário que haja uma política para proporcionar moradia digna, que os serviços não atendem as necessidade dos indivíduos e que não há abordagem, existem grupos a deriva. Que a fiscalização e monitoramento das ONGs e prestação de serviços é extremamente necessário. Que não é verdade que a POP Rua não aceita ajuda, e que os que ainda estão na rua não é por situação financeira e sim por loucura, dívidas com a justiça ou vagabundagem. Que é um crime se afirmar isso.

Padre Júlio diz que não há interlocução entre as secretarias, e que os usuários não são referenciados em lugar nenhum, que os serviços de abordagem devem referenciar o usuário em algum serviço e que o valor gasto com a POP Rua é muito alto para não haver resultado aparente.

É solicitado que haja mais serviços de bagageiro na cidade, já que o único que existe acaba ficando muito distante para acesso de todos.

É afirmado que a população da PRATES não é a mesma que a da Cracolândia como deveria ser. Que não há vínculo dos agentes de proteção com os indivíduos nem com os serviços, e que a triagem demora 15 dias, quando não se deve haver fila para esta.

CAD Único – Retrato de quem são as pessoas acolhidas, que pessoas geram renda, que tem condições de ir para outras alternativas de saída como república e parceria social.

Que se deve ter um número maior de carros para CAPE para tentar diminuir o tempo de espera que ainda é absurdo. Solange sugere que seja disponibilizado verba para condução dos usuários da rede para desafogar a CAPE.

Sugestão de que a prefeitura reúna os secretários de todas as secretarias para reunião com pauta POP Rua, pois o sistema acolhe de um jeito desacolhedor, e que a dignidade humana precisa ter seu limite respeitado ou o indivíduo não respeita a ninguém. A recusa das famílias em serem fragmentadas é natural, e que o sistema tem que se preparar para tratar essas e com suas crianças.

O encontro se encerra com compromisso do secretário de analisar as reclamações e sugestões e tentar atender na medida do possível.